

Educação do Campo e Educação Ambiental: contributos para as políticas alimentares na escola

Field Education and Environmental Education: contributions to school food policies

Simone Teles da Silva Santos

Resumo: Este artigo discute a Educação do Campo contextualizando o desenvolvimento da Educação Ambiental atrelada à alimentação escolar, destinadas a estudantes de uma escola de Ensino Fundamental do/no Campo, no Município de Bom Jesus da Lapa-BA. Teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento e melhoria das práticas alimentares e da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para os sujeitos da escola Josino Pereira Dias. A metodologia consiste em abordagem qualitativa, estudos de campo e entrevista semiestruturada. Constatou-se que há a necessidade de reflexão sobre o que seja melhorias de aquisição de alimentos e nutricional, viabilizando mudança de hábitos alimentares não só da escola, mas de grande parte da comunidade. O desenvolvimento deste trabalho agregou perceptibilidade aos quintais produtivos na composição de aquisição de parte dos alimentos para agregar ao preparo das refeições dos estudantes da escola. Ressaltou-se a não utilização de agrotóxicos no manejo de hortas em quintais, visto que os alimentos serão utilizados para a elaboração da alimentação escolar.

Palavras – Chave: Educação do Campo. Segurança alimentar. Quintais produtivos. Educação Ambiental.

Abstract: This article discusses Education in the Countryside contextualizing the development of Environmental Education linked to school meals for students of an elementary school in the countryside in the municipality of Bom Jesus da Lapa-BA. It aimed to contribute to the development and improvement of eating and EAN practices for subjects at the Josino Pereira Dias school. The methodology consists of a qualitative approach, field studies and semi-structured interview. It was found that, there is a need for reflection on the issues of improvements in the acquisition of food, and nutritional, making visible changes in eating habits not only at school, but in a large part of the community. Especially that the development of this work, added perceptibility to the productive yards in the composition of acquisition of part of the food, to add to the preparation of the meals of the students of the school. He emphasized the non-use of pesticides in the management of vegetable gardens in backyards, as food will be used for the preparation of school meals.

Keywords: Rural Education. Food security. Productive backyards. Environmental education.

Introdução

As tensões em torno da concepção de segurança alimentar, enquanto acesso ao alimento, como uma questão de mercado ou como direito humano à alimentação saudável remontam ao final da década de 1940. No bojo da expansão do capital industrial mundial e da industrialização da agricultura, com



a chamada Revolução Verde, observou-se que a questão alimentar e a fome foram assumidas como discurso político pelos agentes hegemônicos do Capital, para pôr em curso seu projeto econômico.

Neste sentido, a experiência brasileira de tensionar a intersectorialidade de políticas para redimensionar a questão da segurança alimentar e nutricional na agenda de governo a partir de 2003, em seus aspectos quantitativos (acesso ao alimento) e qualitativos (segurança ambiental no processo de produção), apesar de não ser o foco de análise deste trabalho e não ter se materializado como esperado na concepção original do Programa Fome Zero do Governo Federal (2003-2006), não se pode negar que alguns arranjos institucionais, políticas e programas decorrentes dessa agenda de governo tiveram importantes reflexos sociais.

Cabe aqui destacar que na década de 1990, embora tenha havido a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar – CNSAN, em 1995, e o debate sobre a questão da fome e insegurança alimentar, considerando o contexto neoliberal norteador das políticas governamentais naquele período, o caráter das ações do Estado estiveram mais direcionados ao propagado “alívio da pobreza” do que pensar efetivamente um conjunto de ações estratégicas articuladas e vinculadas a um projeto de desenvolvimento social. (I CNSEAN, 1995).

Já a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional só ocorreu novamente em 2004, com a temática “A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”. Nesta, o Direito Humano à Alimentação foi debatido como uma política estratégica e integradora para se pensar o desenvolvimento, uma vez que não podia ser dissociada da geração de renda, trabalho e emprego, da questão industrial, da agricultura, tampouco da saúde e educação (II CNSEAN, 2004).

Certamente, o que nos interessa destacar desse momento histórico do movimento social e debate político e das políticas (*policy*) e aparatos legais disso resultantes é a contribuição dessas discussões e práticas para a compreensão e valorização da alimentação adequada como direito humano, não apenas se referindo ao acesso em quantidade suficiente para garantir a nutrição adequada das populações, mas também as estratégias sustentáveis de produção com foco



na “agrosociobiodiversidade”, sobretudo as práticas agroecológicas dos agricultores familiares camponeses e povos e comunidades tradicionais.

O debate nos permitiu, em certa medida, compreender a complexidade da alimentação adequada no campo da política entendida como direito humano, mas também perpassando por outros direitos como acesso à terra, a água, à saúde. No campo da economia, esse fator pode ser atrelado à questão da distribuição de renda, financiamento de processos produtivos dos agricultores familiares camponeses, política agrícola centrada na garantia da soberania alimentar, preços justos, mercados institucionais, locais e circuitos curtos de comercialização. Na dimensão cultural, considera-se os hábitos culturais alimentares dos diferentes territórios, regiões e povos, portanto, reconhecendo a diversidade sociocultural, os povos e comunidades tradicionais que compõem a nação brasileira. No âmbito da perspectiva agroambiental, vê-se a preocupação com as bases tecnológicas de produção dos alimentos, tendo a agroecologia como matriz sustentável de produção. Já na dimensão da práxis educativa escolar e não-escolar, a alimentação é percebida como necessidade para constituir uma racionalidade ambiental, um pensamento crítico e problematizador sobre a reprodução ampliada da vida.

Neste sentido, observou-se que desde a I CNSAN a relação entre Educação e Segurança Alimentar já era vista como necessária, porém, a construção mais efetiva de ações nas políticas públicas se fortaleceu ao longo do Século XXI. Ressalta-se que as discussões e proposições em torno da Educação Alimentar e Nutricional tiveram maior intensidade na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2006, com propostas aprovadas tanto no Eixo de estratégias nacionais de desenvolvimento, quanto no eixo de Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional. Além disso, a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional (11.346/2006) instituiu a Política Nacional de SAN e previu em seu Art. 3º, inciso III, que a “instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada”(BRASIL, 2006, p.).



No âmbito escolar, a Lei nº 11.947 de 2009, em seu Art. 1º, inciso II, aponta como diretriz para a alimentação escolar “a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2009, p.).

De modo geral, embora seja possível evidenciar avanços das políticas governamentais atreladas ao direito humano à alimentação, principalmente no período entre 2003 a 2014, ainda se constitui como desafio a potencialização das ações e práticas de Educação Alimentar e Nutricional - EAN, sobretudo nas escolas. (CNSEA, 2011).

Mesmo compreendendo sua necessária permeabilidade no âmbito da assistência social, saúde, proteção da infância e ambientes de trabalho, é preciso destacar a importância crucial da Educação Alimentar e Nutricional – EAN, no ambiente escolar. Enquanto espaço de ensino e aprendizagem, a escola deve ser o lugar privilegiado, mas não exclusivo, para o debate sobre a temática de alimentação saudável e segurança alimentar, problematizando os aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e ambientais que permeiam a questão da alimentação como direito humano. Como ressalta o Documento de Referência para a IV CNSAN, “a inserção destes temas e conteúdos nos currículos assume papel estratégico” e as práticas educativas e pedagógicas escolares devem ser orientadas a partir dos pressupostos: “promoção da autonomia, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, respeito às culturas alimentares, a história alimentar regional e a valorização da biodiversidade” (2011, p. 27).

Nesse sentido, um importante instrumento norteador para as reflexões e práticas sobre a EAN foi o Marco Referencial da Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, de 2012, cuja formulação se deu com o envolvimento dos Ministérios do Desenvolvimento Social, Educação e Saúde, entre outras instituições, e com atividades planejadas para promover o debate e propostas sobre a temática, garantindo o caráter de construção coletiva e participativa.



Considerando os diversos campos de prática, a EAN deverá considerar para a Educação os princípios norteadores do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que visa “o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis” (BRASÍLIA-FNDE 2016, p. 01).

Além disso, para esta pesquisa, também são considerados outros princípios expostos no Marco Referencial de EAN: I) “Sustentabilidade social, ambiental e econômica” – deve ser considerado o caráter multidimensional do sistema alimentar, em que a alimentação saudável e o atendimento das necessidades alimentares não podem ser compreendidas de forma desarticulada da questão ambiental, da justiça social e da soberania; II) “Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade” – que, como já destacado anteriormente, compreende o acesso à terra, água, tecnologia, crédito, formas de acesso aos mercados, considerando as especificidades da agricultura familiar e camponesa, por exemplo; III) “Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas” – considera os aspectos culturais em torno dos saberes dos povos e comunidades tradicionais sobre a alimentação, as dimensões da religiosidade, dos territórios, e o diálogo destes com os saberes oriundos da ciência.

Nesta perspectiva, considerando o exposto em termos de avanços e discussões sobre alimentação, essa pesquisa buscou, por um lado, compreender os reflexos dessas políticas implementadas ao longo dos anos de 2003 a 2014 para o desenvolvimento e melhoria das práticas alimentares e de EAN para os sujeitos da escola do campo Josino Pereira Dias, localizada na comunidade de Lapinha, na zona rural no Município de Bom Jesus da Lapa- BA; e, por outro, a partir desse diagnóstico, fomentar estratégias que envolvam a Educação Ambiental para potencializar a EAN.

Assim, a metodologia para este estudo se pautou em abordagem de cunho qualitativo que, conforme Deslandes (2009), retrata a pesquisa social, as teorias, métodos e criatividade. Dando o prosseguimento da pesquisa a



ferramenta metodológica para coletar as evidências foi a entrevista semiestruturada, caracterizando o estudo de campo.

Os aportes teóricos da pesquisa utilizou-se das bibliografias, procedimento esse que ocorreu em todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa, com respaldo nos seguintes autores, entre outros: na importância de segurança alimentar foi abordado os conceitos de Santos e Mello (2018); para o embasamento sobre educação alimentar saudável e nutricional os referenciais foram abordados na perspectiva de Burity et al. (2010), Dutra et al. (2009), Maluf; Menezes; Valente, (1996). E apresentamos também alguns pressupostos do “Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais”, do Programa Nacional de Alimentação Escolar-FNDE, (Brasília,2016) e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2011). Sobre Educação Ambiental, trouxemos para a discussão Reigota (2001-2004), enfatizando as questões ambientais e as problemáticas com base nas ações do ser humano; Capra (2006a-2006b), ressaltando como o ser humano pode se dispor da natureza sem degradá-la, e ainda, as perspectivas ambientais, e Leff (2003), retratando a Complexidade Ambiental.

Desenvolvimento

Saber o que é Educação Ambiental tornou-se essencial para as ações dos seres humanos, pois, mediante atos gerados no dia a dia, os sujeitos podem estar degradando a natureza e tudo o que existe nela. Assim, a Lei 9.795 sancionada em 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), concebe como Educação Ambiental o designado no

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

A problemática da educação ambiental pode ser concebida por duas ou mais vertentes, a questão é saber como e para que o conhecimento sobre ela.



Assim, o que se deve observar é a sua utilização como prática educativa de conceitos, valores e melhoria das ações humanas.

Com base nesse pressuposto, Reigota (2004) aborda o conceito de duas práticas de educação ambiental desenvolvidas por dois professores, uma é colocada como atividade desenvolvida em uma associação de alcoólicos anônimos e a outra em relação ao aproveitamento dos alimentos. Nessa última são expostas as angústias de uma professora abordando que, por ser filha de agricultores ela se confrontava com a abundância, o desperdício e, ao mesmo tempo, a falta de alimentos. Isso a levou a refletir sobre o assunto e desenvolver para o ensino pedagógico uma prática diversificada e importante para o ensino de educação ambiental.

Atos como esse deveriam estar sempre presentes em meio às ações dos professores, que por serem educadores, têm o privilégio de poder mediar as práticas vivenciadas em seu dia a dia para os estudantes. É notório que a educação ambiental e seus estudos podem influenciar nas atitudes do ser humano com pequenas ou grandes atitudes, dentro ou fora de uma sala de aula, mas com desenvoltura em saber que, segundo Capra (2006a, p. 14) “existe muitas maneiras de conhecer a natureza e aprender com a sua sabedoria”.

Desse modo, Leff (2003) atribui à educação ambiental a complexidade de mediar a construção e as ações do ser humano, e assim, defende que

A educação ambiental é o produto em construção, da complexa dinâmica histórica da educação, um campo que evoluiu de aprendizagens por imitação no mesmo ato, a perspectivas de aprendizagem construtiva, crítica, significativa, metacognitiva e ambiental. É uma educação produto do diálogo permanente entre concepções sobre o conhecimento e a aprendizagem, o ensino, a sociedade e o ambiente (LEFF, 2003, p. 179).

O ensino de educação ambiental como mediador de atitudes e hábitos do sujeito pode ser utilizado pedagogicamente como proposta de interação e aprendizado, para o desenvolvimento no ensino escolar. O posicionamento das ações de cada sujeito não se mede por grandiosos atos, mas por pequenas ações para preservar e manter o meio ambiente, com atitudes e posicionamento crítico de como utilizar os recursos naturais, conscientização de como se deve



utilizá-los para a sobrevivência de todos os seres, desenvolvendo as políticas em ações práticas.

A participação do cidadão na elaboração de alternativas ambientalistas, segundo Reigota (2004), tanto na micropolítica das ações cotidianas, como na macropolítica da nova (des)ordem mundial, exige dele a prática e o aprendizado do diálogo entre gerações, culturas e hábitos diferentes.

Assim, conforme Capra (2006a, p. 15), “a educação por uma vida sustentável estimula tanto o entendimento intelectual da ecologia como cria vínculos emocionais com a natureza”. Reconhecer o que é educação ambiental deve ser o primeiro passo para se chegar à compreensão do porquê de certas atitudes, como porque não se deve consumir desenfreadamente os recursos naturais. Logo, a Educação Ambiental é definida como “um conjunto” que perpassa pelas atitudes, hábitos, saberes, valores, comportamento e conhecimento para a construção de uma reflexão para a vida.

Quando se trata de educação, são remetidos estes atos apenas para a escola, mas educar pode ser atribuição de todas as atitudes humanas, assim, a segurança alimentar em meio a um contexto ambiental vem sendo atribuído como forma de embasamento para assegurar alimentação adequada a todos, incluindo o fornecimento de água.

Nesse sentido, dar possibilidade aos sujeitos para adquirirem seu alimento, mediante o que assegura o Plano Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de desenvolvimento da segurança alimentar (BRASIL, 2011) que, ao considerar os resultados de 2004 e 2009, coloca o crescimento de famílias que já não vivem em insegurança alimentar e que em decorrência dos planos nacionais obteve um relevante crescimento.

Um fator muito importante demonstrado por esses dados é que as localidades onde tiveram relevância para sair da insegurança alimentar foram do Campo, onde se vivia em “pobreza extrema”. Mas em relação aos tipos de alimentos consumidos por essas pessoas, os dados demonstram que o consumo de frutas e verduras foi pequeno, sendo que as verduras não tiveram crescimento em seu consumo.



Nos últimos anos, foram estabelecidas diretrizes alimentares e instituídas ações pulverizadas de educação alimentar e nutricional, porém, ainda se faz necessário a formação de consenso em torno de ações que, efetivamente, influenciem as pessoas para que escolham alimentos mais saudáveis. (BRASIL, 2011, p. 31).

Assim, a mudança de hábitos dos sujeitos pode propiciar uma alimentação saudável rica em nutrientes. As escolas que cultivam hortas em seus espaços livres podem contribuir para que a alimentação escolar obtenha os nutrientes necessários para uma alimentação saudável. Também na criação de uma horta na escola pode-se trabalhar aspectos de educação alimentar nutricional e sobre educação ambiental com os estudantes, de modo que, “a horta passa a fazer parte do currículo, nós aprendemos sobre os ciclos alimentares, por exemplo, integramos os ciclos alimentares naturais aos ciclos de plantio, cultivo, colheita, compostagem e reciclagem” (CAPRA, 2006a, p.15).

Propostas que venham instituir a mudança de hábitos das pessoas e o reconhecimento de quais pessoas fazem parte do processo de busca de novos hábitos alimentares, pode ser o primeiro passo para propiciar uma alimentação saudável que é servida aos escolares,

A promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada está prevista em diversos tratados e documentos internacionais e em vários instrumentos legais vigentes no Estado brasileiro tendo sido também incorporada em vários dispositivos e princípios da Constituição Federal, de 1988. A existência deste marco legal estabelece a promoção da realização do DHAA como uma obrigação do Estado brasileiro e como responsabilidade de todos nós (BURITY et al., 2010, p.06).

Torna-se cada vez mais necessário buscar alternativas para aumentar o consumo de alimentos saudáveis, sendo estes produzidos de forma orgânica ou constituídos com base na agroecologia, pois o processo de produção agroecológica tem como princípio “as práticas que promovem o equilíbrio entre o solo, a água e a planta, permitindo de forma sustentável a produção sem o uso de produtos sintéticos e garantindo o respeito ao equilíbrio da natureza” (ARAÚJO, 2014, p. 32). Desse modo, pode-se minimizar os impactos que a população sofre com a saúde de modo geral ao ingerir alimentos produzidos com a utilização de produtos sintéticos.



Um momento de extrema importância é relatado no Marco de Referência da Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas (BRASIL, 2012). Nele, é referida a Lei nº 11.947/2009, que prevê outras medidas que contribuem para a utilização dos alimentos escolares, no qual é colocada com preocupação a questão de “que alimentos serão oferecidos aos escolares” (BRASIL, 2009b *apud* BRASIL, 2012) e de que forma são produzidos estes alimentos. Para tanto, vale ressaltar que a produção com base agroecológica promove a produção de alimentos respeitando a saúde dos sujeitos e, por isso, é salutar sua indicação na alimentação escolar (merenda), pois esse pode ser o único fator que leva o estudante até a escola.

Nesse sentido, a merendeira escolar exerce um papel muito importante frente a elaboração dos alimentos que serão servidos aos estudantes e, por essa razão, “[...] são sujeitos da formação, a depender da iniciativa específica, os gestores, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais que preparam a alimentação escolar, nutricionistas [...]” (BRASIL, 2012, p. 38). Assim, as merendeiras exercem um papel fundamental e sua capacitação deve ser necessária para a formação de bons hábitos alimentares e para o preparo de alimentos mais saudáveis. O PNAE, para o fortalecimento da EAN, culminou na Lei nº 11.947, de 2009, e faz referência à “inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis [...]” (BRASIL, 2012, p.19).

Sabe-se que é de fundamental importância proporcionar alimentos saudáveis para os estudantes, pois os nutrientes ajudam para o desenvolvimento intelectual e contribuem para o aprendizado, e é dever da escola assegurar aos estudantes uma boa alimentação.

Portanto, o cenário complexo em que se observa as políticas de Educação Alimentar e Nutricional, interfere tanto na vida do escolar quanto em meio à sociedade, pois ao afetar o educando, afeta também as suas necessidades básicas, que interfere no seu aprendizado e na aquisição do conhecimento. Contudo, a satisfação do alunado em ir à escola fica fragilizada, pois ao saber



que na escola a alimentação escolar oferecida não atenderá às suas necessidades, o alunado não se motivará a ir até lá.

Material e Métodos

156

O presente estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Josino Pereira Dias, localizada na comunidade rural de Lapinha, município de Bom Jesus da Lapa - BA, às margens da rodovia que liga o município de Bom Jesus da Lapa e Riacho de Santana, região Oeste do Estado. Na Lapinha residem cerca de 25 famílias. A Escola de Ensino Fundamental possuía em 2015, 97 alunos matriculados do 2º ao 9º ano.

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa, através de experiências a serem interpretadas a partir de relatos e de discussões em que o pesquisador se envolve diretamente com o objeto pesquisado.

Conforme o que apresenta Deslandes (2009, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. O que caracteriza o contato direto com o objeto a ser pesquisado, tratando-se de convivência com o ser humano e as particularidades a que lhes pertencem.

Kummer (2007, p. 91) aponta a entrevista semiestruturada como “pré-requisito, por exemplo, da “Análise de Sistemas Agrários”, mas, além disso, é uma ferramenta muito interessante para receber informações bem detalhadas sobre qualquer outro assunto”. Para Verdejo (2006, p. 22)

esta ferramenta facilita criar um ambiente aberto de diálogo e permite à pessoa entrevistada se expressar livremente sem as limitações criadas por um questionário. A entrevista semiestruturada pode ser realizada com pessoas chave ou com grupos”.

Sendo assim, para a coleta de dados foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com estudantes, merendeiras, gestor da instituição escolar no ano de 2015. A entrevista teve por objetivo responder ou sanar as questões levantadas nesta pesquisa, tentando contribuir para o desenvolvimento e



melhoria das políticas nutricionais de alimentação escolar dos escolares, bem como para o acesso dos estudantes a uma alimentação escolar rica em nutrientes, com baixo teor calórico, e por assim dizer mais saudável.

Resultados e Discussão

157

Na execução e aplicação do instrumento Entrevista, obteve-se como resultado preliminar que as necessidades de melhorias nutricionais na alimentação escolar eram de suma importância, pois, ao realizar a entrevista, as indagações foram surgindo e, mediante a exposição dos fatos observados na comunidade escolar os pontos cruciais se pautavam, sobre: a aquisição de alimentos e aspecto destes alimentos que eram servidos como alimentação para os estudantes.

Outros questionamentos iniciais foram sobre como os estudantes chegavam a escola, como eram recebidos, quais atividades iniciais, qual era o comportamento deles e dos sujeitos que os recebiam, como era a alimentação dos estudantes, em que momento era servido, se eles gostavam do cardápio. Com base nisso foram se desenvolvendo e delineando os resultados desta pesquisa. Estas indagações foram consideradas pertinentes pois foi possível elencar a observação e ressaltar os objetivos que foram o cerne para o levantamento de evidências, respaldadas nas questões supracitadas.

A entrevista

Para aplicação e posicionamento da coleta de dados foi realizada uma entrevista na perspectiva de verificação dos alimentos utilizados na alimentação escolar, no contexto nutricional e composição de preparo, quantidade, horários em que são servidas e modo de servir a refeição escolar, para tentar, de forma qualitativa, responder ao questionamento inicial. Uma das falas da merendeira ao ser questionada sobre o que os estudantes falam que gostariam de comer e não está composto no cardápio escolar, é "*Frutas! Eles gostam de saborear uma boa fruta na merenda escolar*". (01, Merendeira - 2016).



“[...] O horário da alimentação escolar é um bom momento para aprender sobre o que é uma alimentação saudável, com resultados positivos no comportamento alimentar do aluno [...]”. (DUTRA *et al.* 2009. p.34), pois, sabe-se que a alimentação (merenda) escolar pode ser o único fator que leva o estudante até a escola. E, nesse sentido, a merendeira escolar exerce um papel muito importante frente a elaboração dos alimentos que serão servidos aos estudantes. Para tanto, quando questionado às merendeiras se havia na escola alguma criança ou adulto que tem restrição ou problemas específicos causados por alimentação respondem:

Existe uma criança que tem alergia, para essa criança o preparo da alimentação é diferenciada. (01, Merendeira - 2016).

Tem um grupo de meninas que não comem na escola. (02, Merendeira - 2016).

Perguntado para a merendeira – 02 se saberia dizer o motivo de as meninas não se alimentarem na escola ela responde: “*Eu não sei o motivo*”. (02, Merendeira - 2016).

Sobre a questão do preparo da alimentação escolar diferenciada para alguns estudantes, o caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais, do PNAE/Brasília-FNDE (2016, p. 16) expõe que esse é um direito adquirido pelos estudantes que tem restrição alimentar, e ressalta ainda que “a Lei nº 12.982/2014 determina que o cardápio especial seja elaborado com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas” (BRASIL, 2014). Em relação a resposta da segunda merendeira sobre as meninas que não se alimentam na escola, podemos entender ou conjecturar que pode ser por restrição alimentar, mas também pode ser por questões culturais. Essas mensurações do porquê não realizar as refeições na escola deveriam ser desmistificadas a partir de acompanhamentos com a nutricionista que elabora o cardápio da escola. Maluf, Menezes e Valente (1996, p.12) atribuem que “a questão da qualidade dos alimentos e da dieta alimentar é especialmente importante, na medida que o componente da segurança nutricional se incorpora ao conceito de segurança alimentar”.



Na medida em que as perguntas foram sendo realizadas, as angústias e anseios dos estudantes, professores e direção que acompanhavam a pesquisa se afluavam e foram sendo esclarecidas, mas cada entrevista se deu separadamente, em horários diferentes.

Ao aplicar a entrevista para os estudantes, diante dos questionamentos relataram sobre escassez de alimento na escola, que:

Só venho para a escola porque tem a merenda minha mãe manda vir. (02, Estudante, do 6º ano- 2016)

Algumas vez nós tem que ir pra casa porque faltou a merenda. Tem vez que é pouca e não da pra tudo. (01, Estudante, do 5º ano- 2016).

Quando não tem merenda nós vamos embora ninguém vai ficar aqui com fome. (03, Estudante, do 7º ano - 2016).

Os relatos dos estudantes demonstram que a alimentação escolar, é um dos requisitos que permeiam suas vindas a escola. Assim, Santos e Mello (2018) esclarece que, a segurança alimentar é direito constituído pela Política Nacional, e desse modo, “poder ser considerado como garantia de segurança alimentar, que se concretiza com o acesso do cidadão à alimentação qualidade e em quantidade suficiente” (SANTOS; MELLO, 2018, p. 99). Assim sendo, a fala dos estudantes, retrata uma necessidade de reparação sobre o que está constituído na Política Pública que integra a Política Nacional de Alimentação para os escolares.

Diante o momento da entrevista, anotações paralelas são realizadas, e essas anotações são valiosas na apresentação das evidências no estágio de triangulação. Desse modo, se pôde perceber com mais clareza o que alguns estudantes demonstraram em suas falas, que estavam sendo enviados à escola por causa da alimentação escolar que era oferecida. Outros questionaram sobre o tipo de alimentação escolar que era oferecido, dizendo que nem sempre era adequado às necessidades deles, e muitas vezes faltava a “merenda” e eles tinham que ir embora mais cedo por falta de alimentação. Relataram também que quando tem alimentos, a refeição escolar não é suficiente ou não sustentavam até chegar o horário de irem para casa, e logo ficavam com fome. Estas evidências estão expostas na fala deles citadas anteriormente.



A fala dos estudantes e as anotações das mesmas em bloco de anotações possibilitaram rever pontos que de algum modo ficou ou passaram despercebidos nas respostas escrita do entrevistado

Ao questionar às merendeiras e à direção da escola sobre a escassez de alimentos na escola, expõem:

Sempre tem merenda. Chegam quinzenalmente (01, Direção da escola – 2016).

Os alimentos chegam quinzenalmente, não falta. A escassez é da horta, seria ótimo se tivesse para agregar com os alimentos que vem da secretaria (02, Merendeira –2016).

Diante da fala dos estudantes e das merendeiras, pôde-se observar pontos divergentes, mas o que aqui se retrata é que programas de alimentação com proposta de que esta seja saudável e nutricional é instituído e está respaldado pelo direitos humanos. Para tanto, Santos e Mello (2018) ressaltam ainda que,

[...] de uma maneira geral, os programas suplementares de assistência aos educandos são instituídos pela Constituição Federal para todas as etapas da Educação Básica, com finalidade de garantia a continuidade do percurso educativo dos alunos, com qualidade”.

Na entrevista, foi questionado também sobre o gosto dos estudantes, o que gostariam que estivesse incluído na alimentação escolar. A maioria dos estudantes responderam que se na alimentação escolar fosse ofertado fruta, como manga, banana ou até mesmo melancia, iriam gostar mais do que o biscoito com suco artificial, que é ofertado quase sempre. Nesse sentido, conforme Maluf, Menezes e Valente (1996, p.12), “isto implica que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais, seus hábitos e práticas alimentares culturalmente construídas, promovendo sua saúde”.

Mediante o relato dos estudantes, lançou-se a questão para as merendeiras sobre como é preparado os alimentos, quem os prepara e qual a condição dos alimentos que chegam na escola. Elas responderam: “*Cozidos, outros alimentos já vem preparados. As mulheres*” (01, Merendeira -2016).; “*Semi-pronto, Mulheres*” (02, Merendeira - 2016).



É notório que existem divergências entre os relatos dos estudantes e as falas das merendeiras, mas para o levantamento de problemas no diagnóstico ficou evidente que o cardápio das refeições da escola não está sendo adequado às necessidades da comunidade, carece de intervenções e que a falta de alimentação escolar na quantidade que supra o alunado também é uma dificuldade encontrada. Além disso, não devemos deixar de citar o não acesso à alimentação escolar com a presença de verduras e frutas. Quanto a isso, Maluf, Menezes e Valente (1996, p.12) afirmam que, “hoje, no Brasil, os problemas de saúde decorrentes da ingestão de uma dieta qualitativamente inadequada são tão graves quanto os problemas decorrentes da falta absoluta de acesso aos alimentos”. Assim, algumas propostas foram lançadas, como o plantio de horta, comprar mais frutas para a alimentação escolar, buscar parcerias com os pais dos estudantes para que estes possam trazer de casa as frutas e verduras que os pais cultivam, assim como realizar o aproveitamento total das partes não-convencionais dos alimentos, como talos, cascas, folhas e sementes. As propostas foram apresentadas pelos estudantes, merendeiras e a direção escolar, diante dos relatos da comunidade escolar.

Todo o contexto de levantamento de dados para a formulação de ações na escola se constituiu com o objetivo de obter o máximo de informações sobre como e com quais tipos de alimentos são produzidos a alimentação escolar. Nesse contexto, Burity et al.(2010, p. 15) expõe que

[...] estima-se que 2 bilhões de pessoas sofrem de fome oculta (deficiências de micronutrientes), principalmente mulheres com anemia e deficiência de ferro, bem como as 250 milhões de crianças afetadas por deficiência de iodo, a causa mais comum de retardamento mental, ou os 250 milhões de crianças que sofrem de deficiência subclínica de Vitamina A, o que reduz a capacidade de combater doenças e pode levar à cegueira.

O tipo de alimentação escolar referido pelos estudantes e pelas merendeiras, quando informam que são alimentos que chegam na escola prontos ou semiprontos, podem vir com deficiência nutritiva, e de acordo com a estimativa apresentada por Burity et al (2010), a falta de nutrientes na alimentação escolar, pode contribuir com o pouco rendimento escolar dos



estudantes, uma vez que falta vitaminas no preparo de alimentos que são servidos para os educandos.

Assim, a inserção de hortas nas escolas e o apoio dos pais, trazendo de seus quintais frutas e verduras para a alimentação escolar, proporcionando o aproveitamento das partes não-convencionais como talos, cascas, sementes e folhas destes alimentos, por serem cultivados sem a utilização de agrotóxicos, pode ser uma iniciativa plausível para sanar a problemática de aquisição de mais nutrientes para a refeição escolar. Segundo a apostila de capacitação de merendeiras, desenvolvida pela Secretaria da Educação do Estado de Goiás (S/D), os alimentos que podem ser aproveitados integralmente com fonte rica em nutrientes são:

- folhas de: cenoura, beterraba, batata doce, nabo, couve-flor, abóbora, mostarda, hortelã e rabanete;
- cascas de: batata inglesa, banana, tangerina, laranja, mamão, pepino, maçã, abacaxi, berinjela, beterraba, melão, maracujá, goiaba, manga, abóbora;
- talos de: couve-flor, brócolis, beterraba;
- entrecascas de melancia e maracujá;
- sementes de: abóbora, melão, jaca;
- pão amanhecido;
- pés e pescoço de galinha.

Mediar a aprendizagem de educação ambiental contempla, o reconhecimento de como proceder diante da utilização sustentável para uma vida mais saudável, por meio do consumo de frutas, verduras e legumes, e trazendo para a vivência em sala de aula todo o processo, desde plantio, manejo da terra, plantação, cuidado dos frutos até a colheita, sem a utilização de produtos sintéticos para que os alimentos possam ser utilizados em receitas, possibilitando o aproveitamento das partes não-convencionais.

O conhecimento de que alguns alimentos, como os citados acima, podem ser utilizados integralmente e que as partes não-convencionais obtêm teor nutricional maior ou tanto quanto as partes convencionais, torna-se conteúdo de



ensino aprendizagem para a educação alimentar ou reeducação, que podem ser desenvolvidos em salas de aula na proposta curricular da Educação Ambiental.

A escola configura-se como espaço privilegiado para ações de promoção da alimentação saudável, em virtude de seu potencial para produzir impacto sobre a saúde, autoestima, comportamentos e desenvolvimento de habilidades para a vida de todos os membros da comunidade escolar [...] (BRASIL, 2008, p. 10-11).

Neste sentido, as questões alimentares se desenvolvem como conteúdo para ser trabalhado em sala de aula com os estudantes. A educação ambiental torna os educandos capazes de interceder sobre sua alimentação e saúde e também produz impactos na vida dos sujeitos, quando infere questões que implica no cuidar de si, melhorias na saúde e, portanto na qualidade de vida. Assim, as ações propostas de utilização de produtos dos quintais, teve por objetivo agregar ao conhecimento escolar como proceder diante da questão de melhorias nutricionais na alimentação escolar que é servida aos educandos.

Considerações finais

A aplicação do instrumento de pesquisa entrevista propiciou a coleta de dados a partir do que os interlocutores relatavam, bem como na releitura do bloco de anotações. Baseado em questionamentos que teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento e melhoria das práticas alimentares e de EAN para os sujeitos da escola do campo Josino Pereira Dias, no município de Bom Jesus da Lapa, BA, através da utilização de estratégias envolvendo a Educação Ambiental.

O que se verificou foi que em todos os espaços escolares há a necessidade de melhorias nutricionais alimentares e, principalmente, por se tratar de uma escola do/no campo. A proposta de melhorias nutricionais na alimentação escolar da escola do campo Josino Pereira Dias não contemplou apenas a escola, mas a comunidade Lapinha, e outras comunidades, na medida em que os sujeitos pertencentes a escola são também moradores desta e das comunidades circunvizinhas.



O que se pôde observar é que os alimentos que chegam à escola não suprem as necessidades dos estudantes, tanto no teor nutricional quanto em relação aos alimentos que satisfaçam a vontade desses, pois ao afirmarem que gostariam de consumir frutas frescas, demonstram a insatisfação por não poderem degustá-las, e apresentam, tanto os estudantes como as merendeiras, o descontentamento do cardápio não proporcionar essa alimentação na escola.

Para tanto, os dados levantados ressaltam que os alimentos para a confecção da alimentação escolar são processados e industrializados. Além disso, esses alimentos chegam na escola no formato de “semiprontos”, assim como expuseram as merendeiras, e o preparo se dá de forma instantânea. Ressaltaram ainda que a utilização de hortifrútis no preparo é escassa, e que só eram utilizados na alimentação escolar verduras e legumes quando a horta da escola estava em funcionamento.

As merendeiras abordaram que quando a horta estava funcionando na escola a alimentação escolar era mais nutritiva, pois elas utilizavam os produtos retirados desta horta para o preparo da alimentação escolar. Nesse contexto, foi proposto como melhoria imediata das ações na escola que a comunidade propiciasse uma vez por semana uma alimentação mais nutritiva e saudável, como desafio de melhorar o cardápio tanto de casa quanto o da escola. A proposta final, proferida pelo gestor em nome do corpo docente da escola, foi explanada em um momento de reunião de pais e mestres na escola, para que contribuíssem com os alimentos que os mesmos contém em seus quintais, visando um dia na semana de alimentação saudável, sem a utilização dos alimentos “semiprontos” ou preparados que a escola recebe da Secretaria de Educação.

A entrevista contribuiu com os objetivos propostos nesta pesquisa de melhorias nutricional de alimentação da escola, tanto na questão em relação a aquisição de alimentos quanto na melhoria nutricional, como também na perspectiva de mudança de hábitos alimentares, não só da escola, mas de grande parte da comunidade. Agregou valor aos quintais produtivos, visto que os alimentos serão utilizados para a elaboração da alimentação escolar dos filhos da comunidade. Ressaltou as questões de não utilização de agrotóxicos



no manejo de hortas em quintais, na medida em que foi apresentado a proposta de aquisição de alimentos para o preparo da alimentação que os estudantes da comunidade vão ingerir, pois sabe-se que cada sujeito é aquilo que ingere.

Referências

ARAÚJO, Vânia Rita Donadio. **Educação ambiental no contexto escolar: saberes e práticas docentes**. Salvador: EDUNEB. 2009.

BRASIL, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual operacional para profissionais de saúde e educação: promoção da alimentação saudável nas escolas** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Lei 9795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Meio Ambiente e dá outras providencias**. Poder executivo, Brasília. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acessado em: 09/03/17.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

BURITY, Valéria. [et al.]. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAPRA, Fritjof. MICHAEL, K. Stone, e ZENOBIA Barlow. (Org.). **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006a.

CAPRA. **Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2006b.

Caderno de referência sobre alimentação escolar para estudantes com necessidades alimentares especiais / Programa Nacional de Alimentação



Escolar. – Brasília: FNDE, 2016. Acessado em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais>. Data de acesso: 07/03/17.

DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. MINAYO, Maria Cecilia de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DUTRA Eliane Said. **Cardápios Saudáveis**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

ESTADO DE GOIÁS Secretaria da Educação Gerência de Alimentação e Nutrição Escolar. **Apostila de Capacitação de Merendeiras**. Neusa Maria Silveira de Almeida Gerente de Alimentação e Nutrição Escolar. Acessado em: <http://www.seduc.go.gov.br/documentos/merenda/cartilha.pdf>. Data de acesso: 20/07/15.

KUMMER, Lydia. **Metodologia participativa no meio rural: uma visão interdisciplinar, conceitos, ferramentas e vivências**. Salvador: GTZ, 2007.

LEFF, Enrique. **A Complexidade Ambiental**. Cortez: São Paulo, 2003.

MALUF, Renato S. MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate: Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação, UNICAMP**, vol. 4, p. 66-88. 1996. Acessado em: <http://www.unicamp.br/nepa/publicacoes/san/1996/IV/docs/contribuicao-ao-tema-da-seguranca-alimentar-no-brasil.pdf>. Data de acesso: 06/03/17.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REIGOTA. **Meio ambiente e representação social**, 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS Edjane de Souza; MELLO, Maria Alba Guedes Machado. O programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): um estudo de caso na Escola Municipal Governador Roberto Santos no município de Salvador – BA. In: MUTIM, Avelar Luiz Bastos. [et al] **Educação profissional, território e sustentabilidade**/ Curitiba: CRV, 2018.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático**. Brasília: Gráfica da Ascar - Emater-RS, 2006.

Sobre a autora

Simone Teles da Silva Santos

simone.teles.silva@gmail.com

Mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – PPGEduC - UNEB. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios –



GEPET. Especialista em Inovação Social com ênfase em Economia Solidária e Agroecologia pelo Instituto Federal- IFBaiano/Campus Bom Jesus da Lapa. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia-UNEB/Campus XVII Bom Jesus da Lapa. C. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/8378440652964246>> E-mail: Simone.teles.silva@gmail.com ORCID 0000-0002-7016-1163.

